

Sarney vê risco político na Constituição

O presidente afirma, na "Conversa ao Pé do Rádio", que o projeto prejudica o País

BRASÍLIA — O presidente José Sarney revelou ontem no programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio* os quatro pecados capitais do projeto de Constituição, que comprometer o futuro do País: a jornada de seis horas de trabalho; a anistia a pequenos empresários e produtores rurais; a aposentadoria a servidores públicos pelo máximo do salário, e o mandato judicial para efetuar prisões. A seu ver, a ameaça é apenas política, já que ele acha afastada a possibilidade de hiperinflação ou inflação descontrolada, "como sempre desejam os especuladores e os anunciadores do caos".

Sarney indicou as razões que o levam a supor que a sociedade reagirá, especialmente o prejuízo de Cz\$ 1 trilhão causado por dispositivos "casuísticos" e pela distribuição de favores. Embora reconheça que algumas inovações sejam movidas por "interesses generosos", o presidente é de opinião que a nova Constituição não pode ser um texto fragmentado, sem unidade, nem com "fantasias ou ilusões". Em certos momentos, a

Constituinte demonstrou avanços, julga Sarney, mas em outros regressou ou foi movida por interesses políticos. Lembrando um ditado popular, o presidente afirmou: "É muito fácil atirar com pólvora alheia".

DEVEDORES E MARECHAS
Um por um, o presidente Sarney comentou os pecados da Constituinte:

Jornada de seis horas de trabalho — "Esse assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos, nos acordos coletivos. A empresa que pode reduzir, reduz; a que tiver de aumentar no interesse da empresa e dos trabalhadores, aumenta".

Anistia aos pequenos empresários e produtores rurais — O prejuízo calculado com essa medida, disse, é de Cz\$ 377 bilhões, dos quais 80% dos bancos oficiais. "É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a conta é ele", afirmou.

Aposentadoria pelo pico de salários, no serviço público — "Esses benefícios alcançarão uma despesa tão alta que neste momento é impossível avallar". Sarney falou pelos militares também: "Só nas Forças Armadas teremos promoção a marechal de muitos e muitos militares".

Mandado judicial para efetuar

prisões — Mais uma vez o presidente usou os argumentos da área militar do governo, dizendo que a medida, aprovada no primeiro turno, obstruiu os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas. Sarney reconheceu que o espírito do texto era evitar que o cidadão fosse vítima do arbítrio, mas, na verdade, o que se fez foi, a seu ver, facilitar a fuga de bandidos. O presidente defendeu a manutenção das prisões administrativas, por considerá-las um instrumento eficaz no combate à corrupção. "Esse artigo, portanto, no lugar de proteger o cidadão, vai comprometer os instrumentos de defesa da própria sociedade contra a delinquência e a contravenção", concluiu.

Nem tudo pode ser perfeito, observou Sarney reservando espaço, contudo, para elogios aos trabalhos constitucionais: "Deu o projeto excelente solução à reforma do Poder Judiciário, à organização do Ministério Público, à advocacia geral da União e das forças policiais, civis e militares". O apelo foi dirigido diretamente "ao patriotismo e à boa vontade" da Constituinte, que deve corrigir os erros tendo como objetivo principal "o bem comum, o bem público, o interesse coletivo, e fugir à pressão de grupos, para que não caia no casuismo".



Ulysses e Sarney em rota de colisão após as críticas ao pé do rádio

Protácio Nêno/AE-34.98

"Favores vão custar 1 trilhão"

Esta é a íntegra da *Conversa ao Pé do Rádio*:

"Brasileiros e brasileiros, bom-dia. Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, na nossa habitual *Conversa ao Pé do Rádio* das sextas-feiras. Hoje, 15 de julho de 1988.

Como venho fazendo desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quero fazer algumas observações sobre o segundo turno das votações, previstas para dentro de dez dias. Todos sabem, mas é sempre bom insistir: considero a nova Constituição uma necessidade dos novos tempos do País. Ela é indispensável para a fase democrática que está sendo implantada no Brasil.

Há três anos, desde que cheguei à Presidência, o povo vive um clima de liberdade e respeito à lei, um clima tão avançado como o desfrutado pelos povos mais civilizados do mundo. Esta situação atual, porém, é um esforço de transição. Com a Constituição e depois de aprovadas as leis complementares, termina este período e entraremos efetivamente numa nova ordem jurídica permanente. Por isso, é importante que a nova Constituição seja um trabalho definitivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias.

Depois de 18 meses de trabalho e de muita polêmica, a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco dos direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna realidade um velho sonho da democracia brasileira. Torna o Congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização. Mas não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos, ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos, ela foi casuística.

Quero citar, por exemplo, alguns excessos do detalhamento de direitos e de relações de trabalho que são alterados com o tempo e que no entanto foram elevados a artigos da Constituição. Coisas que devem constar das leis ordinárias entraram injustificadamente no corpo constitucional. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima de trabalho, que vai desorganizar alguns setores industriais. Este assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos nos acordos coletivos. A empresa que pode reduzir, reduz. A que tiver de aumentar, no interesse da empresa e dos trabalhadores, aumenta. Depende de negociação. Há previsão, por exemplo, de que com esse dispositivo teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional, e aumenta o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno.

Pode citar-se também a equiparação dos direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente. Isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham sua vida prestando serviço avulso, como as faxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelas vezes ou dias em que trabalham. É,

em princípio, em aparência, uma ideia boa, mas no fundo é um fato ruim. Dessas imprevidências, porém, saltamos para coisas mais graves, como uma série de artigos que implicarão em distribuição de favores para alguns e que custarão, pelos cálculos mais baixos, mais de um trilhão de cruzados.

E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro. Só a anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de 377 bilhões de cruzados, dos quais 80% dos bancos oficiais. É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a dívida é ele, ele é que vai pagar a dívida de uns poucos, e é muito fácil atirar com pólvora alheia, como diz o ditado popular. Uma série de três artigos nas Disposições Transitórias promovem a volta ao serviço público de funcionários demitidos, consegue estabilidade aos cinco anos e garante aposentadoria pelo pico de salários que um dia eventualmente qualquer funcionário tenha alcançado. Fala mesmo que a aposentadoria deve ser pela lei vigente à época de sua admissão ao serviço. Esses benefícios alcançarão os servidores federais, estaduais e municipais, e demandarão uma despesa tão alta que neste momento é impossível de se avallar. Para dar um exemplo, só nas Forças Armadas teremos promoção a marechal de muitos e muitos militares. Sem falar em servidores civis de alta hierarquia.

Eu acredito sinceramente no patriotismo e boa vontade da Constituinte, que deve corrigir esses dispositivos. Deve ter como objetivo principal o bem comum, o bem público, o interesse coletivo e fugir à pressão de grupos para que não caia em casuismo dessa natureza.

Outra ideia boa de consequências danosas é o dispositivo que exige ordem judicial para prisões. Eu já tive oportunidade de falar neste assunto nesse programa. O desejo que teve o constituinte que apresentasse este dispositivo foi de evitar que o cidadão seja vítima de arbítrio. Mas, em vez disso, o que ele fez foi facilitar a fuga dos bandidos e viabilizar, por exemplo, os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas, como a prisão disciplinar imposta pelos superiores nos quartéis e navios de guerra. Nós, que estamos tão envolvidos no País inteiro pela violência, com esse dispositivo ficaremos mais tolhidos para combater a violência e nada mais aspira o povo hoje em dia do que tranquilidade e segurança. Também esse dispositivo impedirá as prisões administrativas que podem ser determinadas pelos ministros de Estado, prejudicando, portanto, o combate à corrupção. Prejudicará o ministro da Justiça a decretar a prisão de estrangeiros que estejam irregularmente no País. Esse artigo, portanto, no lugar de proteger o cidadão, vai comprometer. Os instrumentos de defesa da própria sociedade contra a delinquência e a contravenção.

* Deu o projeto excelente solução à reforma do Poder Judiciário, à organização do Ministério Público, à Advocacia Geral da União e das forças policiais, civis e militares. Nem tudo, porém, pode ser perfeito, sobretudo uma Constituição nascida de um esforço para harmonizar

posições ideológicas divergentes e muitas vezes antagônicas. Citamos aqui alguns casos exemplares que precisam ser corrigidos nesta segunda fase, em que a Constituinte vai rever e repensar o projeto de constituição. Tem muitos outros dispositivos que precisam ser devidamente corrigidos. E eu espero que a Constituinte, com patriotismo, possa elaborar esse trabalho em favor do Brasil. É o que espera o povo brasileiro.

Agora, para terminar essa conversa, uma palavra de otimismo, como sempre faço, citando fatos. Eu quero anunciar mais uma vez a descoberta de petróleo no litoral do Paraná e Santa Catarina, que tive a satisfação de anunciar na última quarta-feira, dia 13 de julho. Estamos diante de um novo campo de grandes proporções, com 40 quilômetros quadrados de extensão, 170 quilômetros de costa, com uma vazão comercial que pode chegar a dez mil barris/dia de um óleo de excelente qualidade. Nestes três anos, nós estamos com um trabalho excelente da Petrobrás, de pesquisa, revertendo a posição do Brasil neste setor.

Nós estamos abrindo a perspectiva de o País tornar-se auto-suficiente em petróleo e até mesmo poder vislumbrar, no futuro, ser exportador de petróleo. Nós estamos desmentindo com os fatos aquela profecia de que o Brasil era um país pobre em hidrocarbonetos. Dentro de dez dias, eu vou ao Amazonas para assistir a entrada em operação do campo de petróleo de Urucu, que também teve a oportunidade de anunciar aqui no dia em que foi descoberto. As descobertas da ilha de Marajó, também, que anunciei, são da maior importância e em breve teremos mais informações a dar aos brasileiros através do segundo poço exploratório, que será furado naquela região.

A verdade é que estamos avançando, aumentando cada vez mais nossas reservas, ampliando nossa produção, e temos que ser otimistas como sempre fomos em relação ao nosso país.

Quero também comunicar que a política fiscal está sendo executada firmemente. Recebi ontem do ministro da Fazenda a informação de que o déficit público neste ano — até o mês de maio, são os dados que temos disponíveis — foi de 0,85, o que assegura o cumprimento da meta de 4% folgado até o fim do ano. Temos agido com mão-de-ferro, mas o resultado virá.

Ano passado, nesse mesmo período, nós tínhamos tido um déficit de 1,85. Os choques dos preços agrícolas, portanto, estão ligados à recuperação dos preços do arroz, do milho, da soja, do feijão e outros, e é alta verificada no setor internacional por causa da seca nos Estados Unidos. Nada que diga respeito à nossa política econômica, isto é, nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada, como sempre desejamos os especuladores e os anunciadores do caos.

Quero mais uma vez despedir-me das brasileiras e brasileiros, reafirmando a nossa crença no nosso grande país, no nosso grande povo, que tem sempre, para cada fato negativo, muitos fatores positivos, não alimentando nossas esperanças, mas confirmando as esperanças e confirmando as certezas.

Bom dia, muito obrigado e até a próxima sexta-feira".

Projeto tem muitos avanços sociais, responde Ulysses

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães respondeu ontem duramente as críticas feitas pelo presidente Sarney à Constituinte em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Segundo Ulysses, se a Constituinte tivesse "apenas aprovado a distribuição de renda já seria excelente, porque estaria beneficiando a população que mora nos municípios e não aqueles que estão no Distrito Federal, no Palácio do Planalto, ou mesmo ocupando a mesa que foi de Getúlio Vargas, onde está o presidente da República, a resolver problemas". O presidente da Constituinte ressaltou que "é preciso criar condições de governabilidade e o governo precisa estar onde está o homem, não o homem ir atrás dele, como tem acontecido, para que haja estabilidade política e social".

Na opinião de Ulysses, a nova Constituição não é nem retrógrada nem casuística, como criticou o presidente, mas contém "muitos avanços sociais". Entre os avanços, ele destacou o mandato de injunção coletivo, o *habeas-data* e a universalização da previdência.

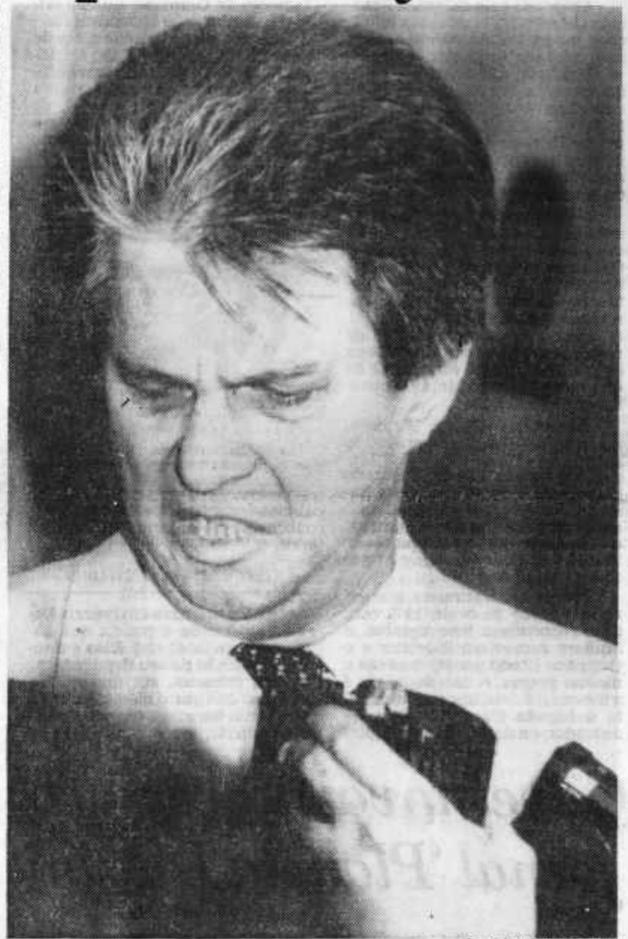
O presidente da Constituinte lembrou ter ficado revoltado quando, ao exercer interinamente a Presidência da República, em substituição a Sarney, recebeu em audiência dois prefeitos de cidades relativamente grandes que estavam precisando, cada um, de uma ambulância. "É um absurdo — protestou — um prefeito ter que viajar dois mil, três mil quilômetros, para pedir dinheiro para socorrer pessoas com ambulâncias. Nós vamos acabar com isso, pelo menos, com a distribuição de verbas da União".

Acompanhando Ulysses, o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, classificou de "apressadas e inconvenientes" todas as críticas que têm sido feitas ao trabalho dos parlamentares. Essas críticas, segundo Cabral, "não constroem nada e não colaboram para o bom andamento dos trabalhos".

Minutos depois de ter dado entrevista em uma das salas do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), um assessor comunicou a Ulysses que o presidente Sarney telefonara e gostaria de falar com ele. O deputado sorriu e afirmou: "Parece até que o presidente adivinhou que eu dei esta entrevista".

O PLANALTO RESPONDE

O presidente Sarney divulgou à noite nota em resposta às declarações de Ulysses: "Lamento que o dr. Ulysses Guimarães, por quem tenho grande estima e consideração, tenha sido vítima de uma cila-



Ibsen: só a questão da anistia está "em aberto"

Protácio Nêno/AE - 47.98

da. Ele não viu minha entrevista à TV nem ouviu a minha *Conversa ao Pé do Rádio*. Fiz uma avaliação construtiva, o que é o meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição".

Também à noite, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, reafirmou a disposição do partido em manter o texto aprovado pela Constituinte em primeiro turno e defendeu, especialmente, os pontos criticados pelo presidente Sarney na *Conversa ao Pé do Rádio*: aposentadoria, prisão condicionada à ordem judi-

cial, anistia às dívidas de pequenos e microempresários e jornada de seis horas.

Dizendo-se satisfeito com o que já foi deliberado pela Constituinte sobre estes temas e com o resultado das últimas negociações, Ibsen afirmou que considera apenas a questão da anistia "em aberto". Mesmo assim, disse que a emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE) "já reduziu a anistia a um bom tamanho". O líder concluiu que a posição do PMDB é "basicamente de proteção ao texto, sem prejuízo de seu polimento".

Polêmica oscila entre Saulo e Costa Couto

HÉLIO DOYLE

BRASÍLIA — Não tem sido fácil para o presidente Sarney equilibrar-se entre a postura diplomática do ministro Ronaldo Costa Couto e a postura agressiva do consultor-geral Saulo Ramos em suas críticas ao texto que saiu do primeiro turno de votações na Constituinte. Costa Couto e Saulo Ramos são os principais assessores do presidente na polêmica que o Palácio do Planalto suscitou para justificar as emendas supressivas que quer ver aprovadas no segundo turno.

Sarney viajou para a China assim que terminou o primeiro turno. Lá, era constantemente informado por Costa Couto sobre o que havia sido aprovado e as repercussões de cada dispositivo. O ministro, aqui, deu entrevista minuciosamente cuidadosa explicando que o governo, com todo o respeito para a Constituinte, não iria se omitir no segundo turno e iria trabalhar pela aprovação de suas emendas.

Ainda na China, Sarney disparou o primeiro tiro contra a Constituinte, na entrevista coletiva que deu ao final da viagem. Mas não foi agressivo. Pouco antes de chegar a Brasília, o presidente dis-

se ao enviado especial da Agência Estado, Bartolomeu Rodrigues, que o texto aprovado é "uma colcha de retalhos", precisando ser modificado.

Até então, Sarney seguia a linha de Costa Couto: jogar pesado para aprovar as emendas, mas sem entrar em choque com a Constituinte. Nos últimos dias, porém, o presidente derrapou e entrou na linha de Saulo Ramos, que não poupa críticas à Constituinte e por isso se incompatibilizou com a maioria dos parlamentares. Uma entrevista à rede Manchete, na noite de quinta-feira, e a *Conversa ao Pé do Rádio*, na manhã de sexta, acirram os ânimos e a resposta de Ulysses Guimarães era inevitável.

Antes de divulgar a nota oficial, sabendo da entrevista de Ulysses, Sarney telefonou ao multipresidente explicando que não quis atacar a Constituinte. Soprou-se, no Planalto, que a conversa foi ácida. Mas mesmo que Sarney e Ulysses tenham se justificado mutuamente, os estilhaços já se espalharam e podem prejudicar os esforços do governo para mudar alguns pontos do texto aprovado. As escaramuças podem virar guerra total entre governo e constituintes.

Em São Paulo, presidente vai reabrir teatro

O presidente José Sarney chega hoje a São Paulo para inaugurar o Teatro Municipal, fechado há mais de um ano para obras de restauração interna. Amanhã o presidente estará em Campos do Jordão, onde assistirá à apresentação do violonista Turibio Santos e do Quarteto dos Professores do Festival de Inverno.

Sarney desembarcará na ala oficial do Aeroporto de Congonhas às 18h30 e só reabrirá o Municipal às 20h30. No meio-tempo estará com o governador Orestes Quêrcia no Palácio dos Bandeirantes, onde, além de descansar, defenderá a necessidade de encontrar solução para a crise do PMDB através da formação de chapa de consenso para a convenção.

Depois da solenidade de reabertura do Municipal e da apresentação da Orquestra Sinfônica e do Coral Municipal, o presidente da República permanecerá nos Bandeirantes e na manhã seguinte irá a Campos. Lá ele vai se hospedar na residência de inverno do governador paulista, o Palácio Boa Vista. No Auditório Campos do Jordão, onde se realiza o Festival de Inverno, Sarney e comitiva verão a partir das 17 horas um recital com músicas de Bach para violão e vários concertos de câmara.

Cabral aceita igualdade de capitais

BRASÍLIA — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, aceitou o pedido das multinacionais e deu parecer favorável às emendas que pediam que o poder público desse preferência às empresas brasileiras na aquisição de bens e serviços, sem, entretanto, expressar qual a origem do seu capital. O parágrafo 2º do Artigo 177, aprovado em primeiro turno, estabelecia a preferência às empresas brasileiras de capital nacional. O parecer do relator foi dado na presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Ulysses ressaltou que já foram apreciadas cerca de 900 emendas, restando outras 900, e marcou para a próxima quarta-feira a reunião de lideranças para que se iniciem as negociações sobre os pontos polêmicos. "De posse dos pareceres das emendas, será mais fácil iniciar as conversações", afirmou.

Tudo o título que trata da ordem econômica e financeira foi concluído pelos relatores e não houve qualquer alteração em relação à definição de empresa nacional, como desejava o governo. No capítulo da reforma agrária, Bernardo Cabral também deu parecer contrário a todas as emendas que desejavam tornar suscetível de desapropriação a propriedade produtiva. "Vou manter como está tudo que foi fruto de acordo de lideranças no primeiro turno", disse Cabral.



Cabral garante todos os acordos do primeiro turno

Alencar Monteiro/AE - 27.98

Após reunir-se com o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-CE) afirmou ontem que a estratégia do presidente para aprovar algumas emendas supressivas na Constituinte é concentrar os temas de maior interesse do governo em uma semana. Segundo o deputado, isso facilitará a convocação do maior número possível de constituintes para a aprovação das emendas de interesse do governo. "É uma tarefa difícil, mas vai ser

perseguida", disse o deputado. Para o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), um dos relatores-adjuntos do projeto da futura Carta, serão necessárias cerca de 200 votações para dar conta das emendas apresentadas no segundo turno, que começa dia 25. Esse número, maior que o esperado, não alterou o otimismo demonstrado por Ulysses Guimarães, para quem os trabalhos serão mesmo concluídos em três semanas.